

PERMANÊNCIAS DE PODER NA PARAÍBA OITOCENTISTA: CULTURAS POLÍTICAS E REDES DE SOCIABILIDADES ENTRE OS CARNEIRO DA CUNHA E OS SOUZA RANGEL ¹

Larissa Bagano Dourado²
Thayná Cavalcanti Peixoto³

Artigo recebido em: 30/09/2017.

Artigo aceito em: 13/10/2017.

RESUMO:

Ao longo do século XIX, famílias como a dos Carneiro da Cunha e dos Souza Rangel, cujos alguns membros foram fundadores do Partido Conservador na Paraíba, criaram e recriaram redes para garantirem a permanência de seus descendentes na hierarquia política, econômica e social da província. Deste modo, o presente estudo possui o intuito de identificar quais as práticas políticas e de sociabilidades forjadas por essas duas famílias paraibanas. Para isso, foram consultados alguns jornais paraibanos, em especial *O Publicador*, assentos de batismo, registros de compra e venda de pessoas escravizadas, além de estudos acerca da conjuntura, principalmente política da época. Sendo assim, o seguinte artigo foi elaborado por meio no cruzamento dessas fontes e além de assimilação de conceitos como *redes de sociabilidade* e de *culturas políticas*.

PALAVRAS-CHAVE: elites; família; redes de sociabilidades; culturas políticas; Paraíba oitocentista.

¹ Algumas das questões presentes neste trabalho encontram-se em artigo publicado nos anais do II Encontro Nacional de História Política, ocorrido em João Pessoa-PB, no ano de 2017.

² Doutoranda pelo programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4300005T9>. Integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste oitocentista”, coordenado pelas profas. Dras. Serioja Mariano e Solange Rocha.

³ Mestre pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba(UFPB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8010000788922467>. Integrante do Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), coordenado pelas Prof^{as}. Dr^{as}. Cláudia Engler Cury e Mauricecia Ananias.

ABSTRACT:

Throughout the 19th century, families such as Carneiro da Cunha and Souza Rangel, whose members were founders of the Conservative Party in Paraíba, created and recreated networks to ensure the permanence of their descendants in the political, economic and social hierarchy of the province. Thus, the present study intends to identify which were the political practices and sociabilities forged by these two families from Paraíba. To do this, some periodicals from Paraíba were consulted at the time, especially *O Publicador*, baptism seats, records of buying and selling of enslaved people, and studies about the conjuncture, mainly politics of the time. In this way, the following article was elaborated through the cross-referencing of these sources and the assimilation of concepts such as networks of sociability and political cultures.

KEYWORDS: elites; family; networks of sociabilities; political cultures; Paraíba nineteenth century.

* * *

O ano de 1850 sem dúvidas foi um divisor de águas no Brasil Imperial. A partir do fim do tráfico Atlântico ocorreram mudanças significativas na economia, cultura, ou seja, na sociedade Oitocentista. O tráfico Interno de pessoas escravizadas, este que já ocorria antes do fim do tráfico Atlântico, se intensificou, por ser uma alternativa de mão de obra cativa, haja vista que a força de braços africanos havia se esgotado. Em paralelo ocorria também a ascensão da cultura do café ao sul, tornando-se, assim, o produto mais importante para exportação do Império brasileiro (MOTTA, 2012). Nesse sentido, e dentro dessa conjuntura, foi possível identificar importantes famílias das elites paraibanas comercializando pessoas escravizadas, e reforçando as práticas de culturas políticas para não apenas para se manterem no poder, como também buscaram criar e fortalecer redes de sociabilidades entre si.

No dia três de junho de 1869, na província da Paraíba do Norte, D. Maria Francisca Carneiro da Cunha vendeu seu escravizado Estevão⁴, de 24 anos de idade, para o senhor Domeciano⁵ Lucas de Souza Rangel pelo preço de 2:000\$000 contos de réis⁶, segundo consta no Livro de Meia Sisa, sendo este o livro de registros dos impostos cobrados por cada escravizado(a) comercializado(a) na província. A partir do documento de compra e venda do cativo Estevão, percebemos que poderia existir uma relação que fosse além dessa comercialização entre Domeciano Lucas Souza Rangel e D. Maria Francisca Carneiro da Cunha, isso porque, os sobrenomes dos comerciantes dessa transação, Carneiro da Cunha e Souza Rangel, aparecem recorrentemente nos mais variados tipos de fontes do século XIX, como em jornais e documentos oficiais, tendo em vista, que as referidas famílias circularam pelo cenário político paraibano ao longo do século XIX. Logo, exerceram sua influência em variados espaços dentro da província paraibana, assim, pensamos que os ditos, possivelmente, compartilharam das mesmas redes de sociabilidade e políticas, para além das relações comerciais.

Desta forma, o presente estudo busca demonstrar como se deu a teia de relações entre as famílias Carneiro da Cunha e Souza Rangel, com intuito de

⁴ Acreditamos que durante o período de efervescência do tráfico interno de pessoas escravizadas, devido, entre outras coisas, ao fim do tráfico Atlântico de cativos(as) e a ascensão do cultivo do café no Sul do Império, os escravizados e as escravizadas buscavam resistir através de inúmeras estratégias, como as fugas, para impedir sua transferência ou de entes queridos. Ver mais em DOURADO, 2017.

⁵ Ao longo do trabalho iremos tratar dessa mesma pessoa com três diferentes tipos de escrita, conforme aparecem nas documentações: *Domeciano*, *Demiciano* e *Dumiciano*. Reiteramos que trata-se da mesma pessoa, uma vez que analisamos todo o contexto dos documentos, além do sobrenome e nomes de parentes próximos. Acreditamos que essa diferenciação se dê à transcrição desses variados documentos por diferentes pessoas.

⁶ Livro de Meia Sisa – 1869. Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Este acervo histórico ainda se encontra em fase de organização pelo Projeto de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pela Profª. Solange Rocha e profa. Vitória Lima que visa a catalogação e organização dos documentos históricos deixados por Maurílio de Almeida que nasceu em Bananeiras no ano de 1926 e faleceu em 1988. Esse que foi médico e membro de diversos espaços culturais, entre eles a Academia Paraibana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

compreendermos as práticas políticas e de sociabilidade estabelecidas por essas elites⁷ na província da paraibana, ao longo do século XIX. Para tanto, foram consultados alguns jornais, pois acreditamos que esses são essenciais para compreender a sociedade brasileira do século XIX, já que os periódicos da época trazem consigo não só aspectos do cotidiano, mas também foi “por excelência, o lugar do diálogo, do debate, da fofoca e das polêmicas, sejam aquelas comezinhas, sejam as grandes e célebres” (BARBOSA, 2007:18). Além disso, “não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista sem a consulta aos jornais da época” (BARBOSA, 2007:18). Entretanto, para utilizarmos as fontes de cunho jornalístico é necessário que estas devam ser problematizadas e contextualizadas, principalmente, porque suas páginas representaram um espaço de disputa política, além de terem sido um dos mais importantes veículos de informação no período, ou melhor:

A imprensa periódica se estabelecia, nesses termos, como elemento essencial para a cultura política do século XIX brasileiro, entendendo que sua vigorosa produção e circulação eram alimentadas, em boa parte, pelas atividades políticas desenvolvidas nesse momento histórico (JINZENJI, 2010:20).

Nessa direção, a assimilação do conceito de culturas políticas é de essencial importância para se compreender a sociedade brasileira oitocentista. Desta maneira, compreendemos as culturas políticas, compartilhando da noção de Serge Berstein (1988), quando afirma que no mesmo espaço nacional é necessário privilegiar a “pluralidade das culturas políticas” (BERSTEIN, 1988:354). Assim como corroboramos com Rodrigo Patto Motta (2014), quando as define como:

[...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2014:21).

⁷ Compreendemos elites no seu sentido amplo e plural, considerando “aqueles indivíduos que se encontram no topo da hierarquia social” (MARTINS, 2007: 431).

Arelado ao conceito de culturas políticas, é importante que também se adicione a noção de redes de sociabilidade. De acordo com Jean-François Sirinelli (2003 [1988]) as “redes”, se formam por meio de laços atados em torno de afinidades ideológicas e culturais formadas entre pessoas de um mesmo mundo, como a redação de uma revista, por exemplo. Já as sociabilidades, segundo Sirinelli (2003), são estruturadas majoritariamente por duas forças antagônicas, “pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem”, e pela força de exclusão que seriam as “posições tomadas, debates suscitados, e as cisões” (SIRINELLI, 2003:249). Somada a essa compreensão, concorda-se com Ângela de Castro Gomes (1993) quando a mesma afirmou que as redes (vínculos que reúnem determinado grupo) de sociabilidades são construídas por um espaço “geográfico” (salões, cafés, escolas, editoras) e ao mesmo tempo “afetivo” composto pelas relações de “amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como também a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos especiais” (GOMES, 1993:65).

Sendo assim, para se compreender quais as relações estabelecidas por essas famílias, para além de transações comerciais, foram consultados o Banco de Dados dos Assentos de Batismo dos anos de 1833 a 1866 do Arquivo Eclesiástico (AEPB), fruto do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares (2009-2011), coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha⁸. Pois, tais documentos são riquíssimos, já que possuem “data do evento, nome do batizado, nome dos pais, tipo de filiação, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um padrinho e uma madrinha e a assinatura do sacerdote” (DOURADO, 2014:18).

Portanto, por meio desses documentos pode-se identificar as relações de

⁸ Professora do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da UFPB.

compadrio estabelecidas entre as famílias paraibanas, tendo em vista que esses registros mostram claramente a constituição dos laços de sociabilidade e solidariedade entre a sociedade à época. Para isso, em uma análise pautada na utilização da *micro-história*, considerada aqui, em consonância com Ronaldo Vainfas (1997), enquanto um gênero específico tanto de narrativa quanto de se fazer história, é que serão analisados os Registros Paroquiais, cruzados com outras fontes, no nosso caso, principalmente, com jornais e livros de meia sisa de pessoas escravizadas. Levando em consideração que a micro-história é “voltada para pesquisas biográficas, estudos de comunidades, reconstituição de episódios excepcionais na vida cotidiana de certas populações” (VAINFAS, 1997, p.218). Assim, por meio desse gênero de pesquisa histórica, que reside na análise das comunidades, parentelas, famílias e nos indivíduos (CHARTIER, 1994), e, a partir do método de “ligação nominativa” de fontes, é que se faz possível construir um estudo na perspectiva da microanálise para elaborar uma recomposição das trajetórias individuais. Conforme salientado por Sheila de Castro Faria,

Esse entrecruzamentos de fontes demografia primárias é também importante para a compreensão das histórias de vida e as trajetórias da população, bem como para compreender um mesmo tema por meio de outro enfoque, tornando assim a reconstituição e explicação histórica ainda mais rica (FARIA, 1998, p. 253).

Nesse sentido, por meio das ligações nominativas podemos encontrar informações de extrema importância para se traçar as relações de sociabilidades estabelecidas, como as de compadrio, que era firmado entre duas famílias baseado na “reciprocidade, as trocas de afeto, de bens materiais ou qualquer outra deveriam beneficiar as duas partes envolvidas” (ROCHA, 2007: 240).

Em pesquisas aos jornais da época, na tentativa de identificar mais informações referentes às relações entre D. Maria Francisca Carneiro da Cunha e Demiciano Souza Rangel, que estavam comercializando cativo Estevão, citados anteriormente, foi possível localizar as seguintes informações. A primeira aponta que,

N. 508 – **Francisco Manoel Carneiro da Cunha, D. Maria Francisca Carneiro da Cunha, D. Julia Rosa Carneiro da Cunha, Srs. do engenho Tibiri**, pedindo por aforamento⁹ os terrenos da marinha inclusive os de Tibiri – Remetido ao Sr. inspector interino da thesouraria de fazenda para os fins convenientes (O Publicador 28 de abril de 1866. Grifos nossos).

D. Maria Francisca da Cunha, de acordo com Rocha (2007), era filha do tenente-coronel Manoel Maria Carneiro da Cunha, proprietário de dois engenhos na província da Paraíba, Una, na Freguesia de Santa Rita; e Tibiri, na Freguesia de Livramento (ROCHA, 2007, p. 157). Desta forma, a partir dessa informação e do trecho destacado acima, tudo nos leva a crer que D. Maria Francisca Carneiro da Cunha e D. Julia Rosa Carneiro da Cunha, senhoras do Engenho Tibiri, eram irmãs, e portanto, filhas do senhor Manoel Maria Carneiro da Cunha. O pai de D. Maria Francisca Carneiro da Cunha, Manoel Maria Carneiro da Cunha, além de proprietário de engenhos, atuou no cenário político paraibano, e juntamente com Manoel Florentino Carneiro da Cunha, e outros, fundaram o Partido Conservador na província da Paraíba¹⁰ (ROCHA, 2007, p.95-96). Deste então, os conservadores formavam um grupo forte, liderados desde sua fundação em 1837 por membros da família Carneiro da Cunha (MARIANO, 2013 [2005], p. 13).

Entretanto, além dos Carneiro da Cunha, outros membros formaram o núcleo inicial do Partido Conservador na província paraibana, sendo eles: os Chacon, Francisco de Assis Pereira Rocha, Frederico de Almeida e Albuquerque, e **José Lucas de Sousa Rangel** (NASCIMENTO FILHO, 2003:160. grifos nossos); (SEGAL, 2014:14). Este último, José Lucas de Souza Rangel, ocupou o cargo de provedor da Santa Casa em 1861, foi advogado, juiz, deputado e o primeiro presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (OLIVEIRA, 2014:63), além de ter participado

⁹ **Aforamento:** *ação de aforar. Os termos em que he concebido o aforamento. Avaliação. o que se paga de foro. Aforar:* *Dar o foro. Avaliar as fazendas. Pôr em foro em condição dar certos direitos.* (PINTO, 1832: 36-37)

¹⁰ Na província da Paraíba os fundadores do Partido Liberal, na década de 1830, foram os Monteiro da Franca, Joaquim Batista Avundano, Manuel Lobo de Miranda Henriques, João Coelho Batista e o vigário Marques Guimarães (NASCIMENTO FILHO, 2003, p. 160).

ativamente da Revolução Pernambucana de 1817¹¹. Além de Demiciano, João Lucas Souza Rangel foi pai de Francisco Lucas de Souza Rangel, bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife (OLIVEIRA, 2014:97), e Deputado provincial nas legislaturas de 1854-55 e 1856-57 (SEGAL, 2017:214).

A relação travada entre Manoel Maria Carneiro da Cunha e José Lucas de Sousa Rangel perpassou a arena política, e cada vez mais se misturava ao âmbito privado, tendo em vista que, de acordo com Mariano, no Brasil, desde o período colonial, o público e o privado se confundiam, ocorrendo, conseqüentemente, a presença de relações familiares no poder do Estado. (MARIANO, 2005:12). Assim sendo, no mesmo ano de fundação do partido Conservador, em 1837, José Lucas de Sousa Rangel batizou seu filho legítimo, Demiciano, com sua mulher, D. Manoela Felizarda do Sacramento, e escolheu para padrinho o senhor Manoel Maria Carneiro da Cunha¹², companheiro de partido e o pai de D. Maria Francisca Carneiro da Cunha. Estes, Maria e Demiciano, que comercializaram o cativo Estevão em 1869.

Ainda em consulta aos jornais da época, e principalmente ao jornal *O Publicador*¹³, também foi possível identificar um casamento entre membros das famílias Carneiro da Cunha e Souza Rangel:

Casamentos effectuados nesta freguezia no mês findo

Herculano Manoel dos Santos, com Rosa Baptista do Sacramento.

[...]

Manoel Pereira de Souza, com D. Francisca Leocadia da Conceição.

[...]

¹¹ Para mais informações ver: Mariano (2005).

¹² Livro de Batismo- 1837, folha 79, AEPB.

¹³ Circulou entre os anos de 1862 a 1886, foi de propriedade de José Rodrigues da Costa, e após sua morte em 1866, passou a ser de seus herdeiros. Mais informações ver: PEIXOTO (2017).

Dumiciano Lucas de Souza Rangel, com D. Julia Rosa Carneiro da Cunha

Targino Maximo dos Santos, com Joanna Maria da Conceição.

[...]

(O Publicador 9 de março de 1868. Grifos nossos).

Temos então que, D. Julia Rosa Carneiro da Cunha, filha de Manoel Maria Carneiro da Cunha, e irmã de D. Maria Francisca Carneiro da Cunha casou-se, em 1868, com Dumiciano Lucas de Souza Rangel, filho de João Lucas Souza Rangel, e afilhado de Manoel Maria Carneiro da Cunha. Ou seja, o casório da filha do senhor Manoel Maria Carneiro da Cunha com um afilhado seu, pertencente à família Souza Rangel, demonstra como essas pessoas estreitaram ainda mais os laços por meio do casamento, que segundo Mariano (2014), foi uma das estratégias utilizadas para ampliar as redes de poder entre os membros de famílias importantes da elite local. Ainda de acordo com a autora: “os sobrenomes funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisitos políticos e como sinônimos de *status* social para alcançar determinados cargos na administração pública” (MARIANO, 2014: 36).

Para além disso, conforme Del Priore, no Brasil Imperial os matrimônios eram, sobretudo, atos sociais de grande importância, e, geralmente, as uniões legítimas aconteciam entre pessoas do mesmo grupo social (DEL PRIORE, 2016:387). Ainda segundo a autora:

o casamento constituía para os pais e para a família uma avaliação pública de sua posição e também, um meio de melhorá-la. Era preciso a qualquer preço, evitar más alianças. Entre as elites urbanas, ou a pequena burguesia, os casamentos tornaram-se o melhor caminho para a ascensão social (DEL PRIORE, 2016:390).

Continua a autora afirmando que a união matrimonial para os funcionários públicos e pequenos comerciantes propiciaria tanto a fundação quanto a ampliação de negócios e, em relação às elites rurais, a intenção era a mesma, mas com a intenção de reunir terras, escravizados e animais num só patrimônio, o mais opulento possível

(DEL PRIORI, 2016:391). Em relação à província paraibana, Mariano (2011) nos alerta que, os casamentos entre pessoas que pertenceram ao ramo familiar dos Souza Rangel, dos Chacon e dos Carneiro da Cunha funcionou como uma via de acesso para o fortalecimento político dos respectivos grupos, pois, tal estratégia também viabilizava a criação de partidos, levando em consideração que esses grupos citados também foram responsáveis pela criação do Partido Conservador na Paraíba em 1837 (MARIANO, 2011:13).

Assim sendo, é preciso que destaquemos que os laços existentes entre tais grupos familiares, Souza Rangel e Carneiro da Cunha, foram estabelecidos há muito tempo, e o matrimônio de Domiciano Souza Rangel com Júlia Rosa Carneiro da Cunha foi apenas um exemplo de como tais laços eram estreitados por tais famílias para, não só ampliar suas redes de poder, mas também a ampliação dos bens.

No voltando novamente para nossas consultas aos jornais da época, pudemos apreender que Domiciano Lucas de Souza Rangel além de ter sido filho de José Lucas Souza Rangel, cujo sua influência política já foi demonstrada neste trabalho, Domiciano, também circulou pelos mais variados espaços de poder, uma vez que foi Escrivão interino¹⁴ e Mordomo dos Predios e Terras¹⁵ da Santa Casa de Misericórdia da província da Parahyba do Norte¹⁶; em 1864¹⁷ foi eleito vereador pela freguesia de Santa Rita, além de ter sido tenente do corpo policial¹⁸ e da guarda nacional¹⁹ e subdelegado de polícia do 1º distrito em 1866²⁰. Sendo assim, ele circulou pelas mais importantes instituições de poder da época: a religiosa, militar e política.

¹⁴ (O *Publicador*, 15 de março de 1864).

¹⁵ (O *Publicador*, 25 de junho de 1864).

¹⁶ Utilizaremos neste trabalho a nomenclatura da época, portanto, quando nos reportamos à Província da Parahyba do Norte, referimos ao atual Estado da Paraíba e ao mencionar Cidade da Parahyba estaremos nos referindo à capital, atual João Pessoa.

¹⁷ (O *Publicador*, 12 de setembro de 1864).

¹⁸ (O *Publicador*, 13 de maio de 1864).

¹⁹ (O *Publicador*, 4 de janeiro de 1867).

²⁰ (O *Publicador*, 9 de maio de 1866).

Não bastando isso, em 1869 ele se casou com D. Julia Rosa Carneiro da Cunha, filha de seu padrinho, pertencente à um dos ramos familiares mais importantes da província no período, para ampliar mais ainda as suas redes econômicas, sociais e políticas.

Como exemplo da ampliação desse poderio político e, principalmente, de seus bens materiais, conseguimos identificar nos jornais, nos anúncios em relação às coletas das décimas urbanas²¹, que eram os impostos sobre os donos de prédios urbanos, que tanto D. Julia Rosa quanto seu sogro José Lucas de Sousa Rangel eram proprietários das casa de número 119 e 109²², respectivamente, localizadas na Rua Direita, essa que foi uma das mais importantes ruas da capital da província (ALMEIDA, 1982). Logo, isso só mostra como os membros dessas famílias, Carneiro da Cunha e Souza Rangel, por si só já possuíam bens, mas que pelas estratégias de matrimônio utilizadas à época conseguiram reunir e ampliar ainda mais tal poder.

Para além disso, é válido que se destaque aqui a importância da participação das mulheres da família Carneiro da Cunha nos negócios da família. De acordo com Mariano (2014:63), com o fim da “revolução” de 1817²³, e prisão de muitos maridos, filhos, e com o decreto de que estes teriam seus bens confiscados e leiloados em praça pública, as mulheres tiveram um papel fundamental na tentativa de salvar seus bens. O engenho de Tibiri, mencionado anteriormente, por exemplo, foi arrematado por

²¹ Imposto criado pelo governo sobre os donos dos prédios urbanos visando aumentar as rendas públicas, criado pelo Alvará de 27 de junho de 1808. (Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_20.pdf#page=2)

²² (*O Publicador*, 9 de abril de 1866).

²³ Para Mariano (2014), esse foi um movimento de contestação política que teve início em Recife e se propagou para outras província, inclusive, para a província da Paraíba. A insurreição lutou “contra a coroa portuguesa acusada de cobrar impostos exorbitantes aos proprietários e comerciantes, bem como deixar as camadas mais bastadas fora dos principais cargos de confiança, dando preferência aos portugueses, entre outras questões importantes” (MARIANO, 2014: 64-65).

Rosa Cândida Tenória de Aragão, esposa de Estevão Carneiro da Cunha, em 1819, assegurando então os bens de sua família (MARIANO, 2014, p. 69).

Outra questão que nos chamou a atenção foi a participação das mulheres da família Carneiro da Cunha comercializando pessoas escravizadas. D. Maria Francisca Carneiro da Cunha, que em junho de 1869 vendeu seu cativo Estevão, para seu cunhado Domeciano, no dia 17 de julho de 1869, comprou de Manoel Rabello d' Oliveira, a cativa Laura, de 22 anos de idade, pelo valor de 1:400\$000. Ademais, ainda no mesmo ano, D. Maria Francisca Carneiro da Cunha vendeu o cativo Sabino, de 22 anos de idade, no tráfico interprovincial²⁴ de pessoas escravizadas, comercializando o dito cativo para Pernambuco²⁵.

Portanto, acreditamos que muitas mulheres exerceram seu poder doméstico, escolhendo quando e qual cativo(a) poderia ser vendido(a), comprado(a) ou alugado(a), como D. Maria Francisco Carneiro da Cunha, como dito, membro de uma das famílias da elite paraibana. No entanto, Dourado (2017) nos aponta que, possivelmente, diferentemente de D. Maria Francisca, algumas mulheres estariam vendendo escravizados(as) por motivos ligados à falta de recursos. Assim, concordamos com a autora e com Flausino (2006, p. 106) quando afirmam que “para algumas dessas mulheres, talvez as viúvas com espólios de seus maridos, a venda podia representar a busca de liquidez, uma vez que a compra era indicativo de investimento e de dinâmica”, ou seja, acreditam que apenas algumas mulheres estavam vendendo seus bens para tentar liquidar dívidas.

Anos antes das comercializações de D. Maria Francisca carneiro da Cunha, em 03 de fevereiro de 1865, D. Julia Carneiro da Cunha, quando ainda não era casada com Domeciano Lucas Souza Rangel, comprou de Joaquim Pessoa de Oliveira e sua

²⁴ O tráfico interprovincial compreende a comercialização entre províncias, enquanto o tráfico intraprovincial, ocorre dentro da província, ou seja, dentro de um mesmo município, ou entre eles (DOURADO, 2014).

²⁵ Livro de Meia Sisa – 1869. Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

mulher, D. Emilia Batista de Carvalho, a cativa Manoella de 28 anos de idade, pelo valor de 1:600\$000 réis. Durante a pesquisa realizada acerca do tráfico interno de pessoas escravizadas por Dourado (2017), a autora percebeu que as mulheres, seja comprando ou vendendo cativos(as), preferiam comercializar pessoas escravizadas do sexo feminino. De acordo com a autora, 70,1% das mulheres compraram escravizadas e 63,2% das vendedoras negociaram cativas do sexo feminino. Desta maneira, podemos supor que as mulheres comercializavam mais escravizadas porque, de fato, a maioria delas possuía mais pessoas cativas do sexo feminino do que do masculino. As negociantes poderiam querer comprar escravizadas para o trabalho doméstico, uma vez que, na sociedade patriarcal da época, as mulheres eram tidas como as responsáveis pela organização da casa, e, pelo mesmo motivo, também eram as mulheres que possuíam mais escravizadas para a venda.

Acreditamos que mulheres pobres e das camadas médias também podem ter se utilizado do trabalho/exploração de mulheres negras (forras, cativas e libes pobres), para trabalhos domésticos, assim como pelas mulheres de elite mas, sobretudo, para obtenção de rendas, principalmente, depois do avanço da urbanização na segunda metade do oitocentos. As mulheres pobres, inclusive negras livres ou libertas, muitas vezes viam as cativas como uma fonte de renda, na qual essa poderia ser alugada ou trabalhar como quitandeira, recebendo parte do lucro das mesmas (MOTT, 1988); (DOURADO, 2017).

Além da comercialização entre D. Maria Francisca Carneiro da Cunha e Domiciano Lucas Souza Rangel, citados no início deste artigo, também foi localizada outras transações de pessoas escravizadas entre os familiares dos Carneiro da Cunha e dos Souza Rangel. Em cinco de julho de 1859, o Dr. Francisco Lucas de Souza Rangel, irmão de Domiciano, comprou de Mathias Carneiro da Cunha, a cativa Luiza, 24 anos de idade, parda, pela quantia de 1:000\$000. Apontando mais uma vez, que as redes entre essas famílias permeava vários cenários da província paraibana.

Manoel Maria Carneiro da Cunha apadrinhou o filho de José Lucas de Souza Rangel, Domiciano, que se casou com Júlia Rosa Carneiro da Cunha, filha de seu padrinho, que também era pai de Maria Francisca Carneiro da Cunha, que comercializou um cativo com seu cunhado Domiciano Lucas de Souza Rangel, que, por sua vez, era irmão de Francisco Lucas de Souza Rangel que comercializou com Mathias Carneiro da Cunha. As redes entre as famílias podem não parecer simples, mas servem para demonstrar como as relações entre as famílias das elites paraibanas, nesse caso, entre os Carneiro da Cunha e os Souza Rangel, utilizavam de tais ligações para elevar e perpetuar seus descendentes no poder.

Ao longo desse trabalho buscamos demonstrar como as elites paraibanas do século XIX construíram complexas e variadas redes, principalmente, para se permanecerem no topo da hierarquia política e social da província da paraibana. Como vimos, pelo menos, desde a fundação do Partido Conservador na década de 1830, os Carneiro da Cunha e os Souza Rangel construíram e solidificaram seus laços por meio do apadrinhamento, matrimônio, e transações econômicas, formando uma espécie de teia entre os membros das famílias. Exemplo dessa solidificação de laços, foi o fato de que tanto D. Julia Rosa, quanto seu marido Domiciano, ambos possuíam bens e poderio antes mesmo do casamento, já ela já possuía uma casa na rua Direita e havia comercializado escravizados antes da união com seu marido, este que já vinha ocupando vários cargos pelos mais variados espaços de poder. Sendo assim, após o matrimônio do casal em 1869, em que acreditamos que tenha sido previamente planejado para, não apenas para fortalecer os laços entre os grupos familiares, mas para também ampliar a influência econômica, social e política de ambas famílias.

Referências:

Acervos:

Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Livros de Meia Sisa (1857, 1859, 1865, 1868, 1869, 1870, 1871, 1875, 1880, 1881, 1882). Suporte: Papel (encadernado).

Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal *O Publicador*. Anos: 1864, 1866, 1867, 1868 e 1869. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 20 abril. 2017

Assentos de Batismo, 1833-1866 - Arquivo Eclesiástico (AEPB)-. Disponível em CD-ROM. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011.

Bibliografia

ALMEIDA, Maurílio de. **A presença de D. Pedro II na Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2ª ed. 1982.

ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio**: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. João Pessoa, TCC (Monografia), UFPB – Campus I, 2011.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura**: a imprensa brasileira no século XIX. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a História Cultural. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas visões**: cultura histórica no oitocentos. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009, p. 87-98.

_____. Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras. In: **Império em debate**: a imprensa e educação no Brasil oitocentista. MIDORI, Celina; MIZUTA, Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes e PERIOTTO, Marcília Rosa. (organizadores). Maringá: Eduem, 2010.

_____. Intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI(org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.13, v.7, p.97-113, 1994.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres Libertas na Cidade da Parahyba**: relações familiares e vivências sociais, 1833-1860. 2014. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

_____. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte**: Tráfico Interno e Conquista da Liberdade, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. 147f.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. 2006. 203p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p.62-77, 1993. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954/1093>

MARIANO, Serioja R. C. **Gente opulenta e de boa linhagem**: família, política e relações de poder na Paraíba. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825 -1840). **Saeculum – Revista de História** João Pessoa, n. 24, pp. 11-24, jan./ jun. 2011.

_____. **A Paraíba no Século XIX**: sociedade e culturas políticas. João Pessoa, Editora UFPB. 2014.

MARTINS, Maria Fernanda. Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org.). **Conquistadores e Negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além**: O tráfico interno de

cativos na expansão cafeeira paulista. São Paulo: Alameda, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2014.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988, p. 216-231

NASCIMENTO FILHO, Carmelo R. do. **O historiador burocrata: uma análise historiográfica da obra de Celso Mariz**. In: SÁ, Ariane N. M.; MARIANO, Serioja (Org.). *Histórias da Paraíba*. João Pessoa: Editora UFPB, 2003. p. 148-170.

OLIVEIRA, Luiza Iolanda cortez de. **Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na Cidade da Paraíba oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014, 193f.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848 -1866)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PINTO, Luiz Maria da Silva, 1775-1869. **Diccionario da lingua brasileira. Ouro Preto : Typographia de Silva**. Disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em:
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/98/mode/1up>

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira: volume 2: Império**. São Paulo: Leya, 2016.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. 416f.

SEGAL, Myraí Araújo. **Nas Teias do Poder: As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, 2014.72f.

_____. **Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. 225 f.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História Cultural. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.